

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS SURDOS: UMA DISCUSSÃO PERTINENTE DIANTE DA ATUAL REALIDADE DA FORMAÇÃO DOCENTE E A INSERÇÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Gilmara Albuquerque da Silva¹; Lucicleide Araújo Rodrigues²; Mikaela Alves Pequeno³

¹Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – gilmara412@gmail.com; ²Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – lucicleidearaujo727@gmail.com; ³Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – mikaelapequeno@gmail.com

Resumo: O presente artigo trata-se de uma pesquisa elaborada durante o componente Curricular “Pesquisa em Educação” do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I, Campina Grande/PB, e visa promover uma discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem a partir de uma experiência vivenciada com um aluno surdo, numa turma de Maternal, em uma Escola Privada também localizada no município de Campina Grande. A partir dessa experiência, realizou-se uma pesquisa, de cunho qualitativa, com o objetivo de analisar como os professores da educação infantil, que não dominam a Língua de Sinais, se comunicavam com o aluno com deficiência auditiva em sala de aula, visto que encontrar uma forma coerente para se comunicar e incluir o aluno, de forma que as outras crianças interajam com ele e ao mesmo tempo fazer com que o mesmo se desenvolva de maneira significativa ao longo do ano letivo foi um dos desafios apontados pelos professores em consonância com a coordenação da referida escola campo de pesquisa. A escolha deste tema partiu do interesse em entender como lidar com o problema observado durante a realização da pesquisa e, diante disso, a pesquisa supracitada justifica-se pela incógnita de como os professores da instituição conseguem se comunicar e ensinar o aluno com deficiência auditiva de modo que ele aprenda, visto que a realidade do contexto escolar brasileiro revela que mesmo alunos tidos como “normais” sentem dificuldades no processo de ensino, imagine-a entre as crianças surdas.

Palavras-chave: Processo de ensino; deficiência auditiva; educação inclusiva.

Introdução

Entende-se por Educação Inclusiva que ela compreende a Educação Especial dentro da sala de aula do Ensino Regular, isto é, acesso e permanência de todas as crianças nas instituições de ensino regular, em todos os níveis da educação independente de suas limitações individuais.

Este artigo trata-se de uma pesquisa elaborada durante o componente Curricular “Pesquisa em Educação” do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I, Campina Grande/PB. E objetiva analisar como os professores da educação infantil que não dominam a língua de sinais, se comunicam com os alunos surdos em sala de aula. Sabe-se que este é um assunto que vem sendo classificado com a necessidade de ruptura da exclusão e dos empecilhos, no entanto, é indiscutível o quanto gera dificuldades na prática, visto que, os profissionais docentes nem sempre são habilitados para o trabalho pedagógico necessário para

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

promover o desenvolvimento destes alunos e mesmo assim é de fundamental importância que aja uma interação entre ambos, favorecendo de maneira positiva o desenvolvimento e aprendizagem desses alunos.

Para realização dessa pesquisa buscou-se entender o tema através de observações na instituição campo da pesquisa, mais precisamente em uma turma de Maternal numa Escola da rede privada na cidade de Campina Grande – PB, onde havia uma criança com deficiência auditiva e os profissionais docentes não eram habilitados na língua brasileira de sinais.

A coordenação da escola, no ato de matrícula do referido aluno, com deficiência auditiva, se deparou com um empecilho, o de que os professores da educação infantil não dominavam a língua de sinais. Além dos professores, os familiares e o próprio aluno, também não faziam o uso do mesmo. O desafio da coordenação da escola, em parceria conjunto com os professores da educação infantil, é enxergar uma forma coerente para se comunicar e incluir o aluno, de forma que as outras crianças interajam com ele e ao mesmo tempo fazer com que o mesmo se desenvolva de maneira significativa ao longo do ano letivo.

A escolha deste tema partiu do interesse em entender como lidar com o problema observado durante a realização da pesquisa e, diante disso, a pesquisa supracitada justifica-se pela incógnita de como os professores da instituição conseguem se comunicar e ensinar o aluno com deficiência auditiva de modo que ele aprenda, mesmo que os professores não tenham a qualificação adequada para atender as necessidades específicas do aluno.

Metodologia

Para realização dessa pesquisa, a metodologia empregada realizou-se na perspectiva qualitativa, onde buscamos observar as práticas de aprendizagem utilizadas pela Instituição de Ensino escolhida como campo de pesquisa. De acordo com Malheiros (2011, p. 188), “à abordagem qualitativa parte do princípio de que a realidade só existe do ponto de vista da pessoa. Ou seja, o que é real é a interpretação que se faz de um fenômeno, não o fenômeno em si”. Para ele, o ato de observar, nesta abordagem, busca uma interpretação daquilo que se vê, mas que não pode ser confundida com a observação rotineira que visa o conhecimento comum, ela deve ser sobre base científica. Consideramos então, a observação uma das mais importantes formas de informações de pesquisa qualitativa em educação.

Sendo assim, buscamos entender através de observações na instituição campo da pesquisa, os desafios encontrados pelos docentes em ministrar aulas para um aluno com deficiência auditiva, presente na classe da educação infantil. Procuramos assim analisar as trocas de conhecimento e os avanços na aprendizagem do aluno, tanto no campo da

como nas situações de sociabilidade com os colegas de classe, através do seu processo de inclusão nessa instituição. Observando as estratégias adotadas pelos professores da escola e suas atuações nesse processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.

Resultados e Discussões

Pesquisas sobre a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais, tem tido grande ênfase nos dias atuais, pois ainda se encontra uma realidade distante do que está previsto em lei. Há documentos e parâmetros que pautam os métodos para o processo de ensino e aprendizagem na inclusão escolar, todavia, encontra-se na prática extrema dificuldades por todos que fazem parte da instituição. Mas, mesmo com as dificuldades encontradas frente às práticas docentes, é necessário desenvolver a valorização da diversidade visando a necessidade de compreender a necessidade do aluno em sala de aula, assim possibilitando o educador a facilitar o aprendizado do educando.

Historiografia

A deficiência está presente na história da humanidade e a discriminação encontra-se arraigada na história da mesma, sendo as pessoas com deficiências discriminadas, vistas como “anormais” e até retiradas do convívio social, no decurso de determinado período. Entretanto, durante um grande percurso, barreiras foram sendo desconstruídas, com os avanços históricos e advento de novas tecnologias. Foram dados passos na construção de uma sociedade que incluísse a diversidade e tratassem essas pessoas com “limitações” como seres “normais” e não seres “doentes”.

No Brasil a historiografia da deficiência auditiva se iniciou desde a chegada dos Portugueses, como salienta Carvalho (2017, P.15),

No Brasil, a educação de surdos se iniciou com a vinda da família real. Dom Pedro II tinha um neto surdo, filho da princesa Isabel, que recrutou o professor francês Hernet Huet para fundar o instituto de surdos mudos no rio de janeiro. Em 26 de setembro de 1857, que hoje recebe o nome de instituto nacional de educação de surdos (INES), que se situa no estado do Rio de Janeiro. Nesta época no Brasil, deu-se início a criação da língua brasileira de sinais, decorrente a vinda de um professor francês que fazia uso do alfabeto manual, e se comunicava com os surdos brasileiros, decorrente a isso, afirmava-se que a origem da língua brasileira de sinais era da língua francesa de sinais.

Existiram também as Upias, criadas a partir da idealização do sociólogo do Reino Unido Paul Hunt, no qual publicou em 20 de setembro de 1972, em um jornal inglês seus anseios com relação às pessoas com deficiências na qual segundo ele se encontravam isoladas em

(83) 9522-3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

instituições sem as menores condições. Foi a partir dessa carta que surgiram pessoas com objetivos similares ao dele, como relata Diniz (2007, p.14):

Hunt não imaginou que sua carta provocaria tantas reações. Várias pessoas responderam à sua proposta de formação de um grupo de deficientes, e quatro anos depois estava constituída a primeira organização política desse tipo: a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias).

Essa organização tinha como objetivo redefinir a deficiência, mudando os conceitos tradicionais imposto pelas abordagens biomédicas que causavam uma exclusão social, pois os tratamentos biomédicos não reabilitavam os deficientes, na verdade eles eram submetidos a estágios de encarcerados, eram hostilizados em virtude de suas adversidades físicas. Em relação a isso, a Antropóloga Diniz (2007), também aborda as instituições brasileiras que atuavam de forma semelhante, relatando que,

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Brasil, eram entidades para os deficientes, isto é, locais onde se confinavam pessoas com diferentes lesões físicas ou mentais, cuidando delas e lhes oferecendo educação. Em geral o objetivo dessas instituições e centro era o de afastar as pessoas com lesões do convívio social ou de normalizá-las para devolvê-las à família ou à sociedade. (DINIZ, 2007, p. 15)

As últimas pesquisas e estudos feitos na área do processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva na educação infantil vêm buscando métodos de aprendizagem pautados nas Leis de Diretrizes e Base – LDB, e nas propostas apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s. Levando em consideração esses trabalhos, buscamos dialogar com alguns autores estabelecendo uma ligação epistemológica com presente trabalho de pesquisa, objetivando assim, visualizar quais as práticas que se encere dentro dessa perspectiva observada.

A Deficiência Auditiva

Segundo Diniz (2007), podemos entender por deficiência um aparato de conceitos complexos que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente.

Esse é um campo pouco explorado no Brasil não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, com poucos cientistas sociais dedicando-se ao tema, mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de justiça social. (DINIZ, 2007, p.11)

Percebe-se que ainda se tem enraizado na cultura brasileira em que deficiência é uma consequência natural à lesão em um corpo, e a pessoa com deficiência deve ser objeto de cuidados biomédicos, exemplo disso são as instituições para cegos, surdos e pessoas com restrições cognitivas, que serviram por muito tempo como locais de internações e muitas vezes abandonos dessas pessoas. Muito embora, atualmente tenhamos uma visão mais “avançada” a respeito dessas Instituições.

Diniz (2007), afirma que poucos estudiosos se dedicam ao tema da deficiência, mas acredita que houve muitos avanços como a proteção dos direitos humanos, esses indivíduos apresentam-se sob o signo da pluralidade e da diversidade de estilo de vida. E espera que seja nesse novo marco teórico e político que o tema da deficiência assumirá a centralidade da agenda das políticas sociais e de proteção social nas próximas décadas.

Outro trabalho significativo na área da educação inclusiva para pessoas com deficiência é o artigo “Atendimento Educacional Especializado”, para pessoa com surdez da escritora Marilene Ferreira Damázio (2007) em seu trabalho intitulado “Atendimento Educacional Especializado para pessoa com surdez”, onde a autora salienta que as pessoas com surdez enfrentam inúmeras dificuldades para participarem da educação escolar, em virtude da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas.

Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulo adequado ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico, e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem. (DAMÁZIO, 2007, p.13)

Alguns estudos realizados nas últimas décadas do século XX e início do XXI, oferece contribuições à educação de alunos com surdez na escola comum, contribuindo para a valorização das diferenças no convívio social e do potencial de cada ser humano.

A inclusão do aluno deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. A escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para o aluno em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez.

Segundo a autora somente o uso de uma língua não basta para aprender, o Atendimento Educacional Especializado em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular estudado em sala de aula comum, o que favorece ao aluno com surdez a compreensão do conteúdo dado em sala de aula.

O que se pretende no Atendimento Educacional Especializado é desenvolver a competência linguística, bem como textual, nas pessoas com surdez, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas. (DAMÁZIO, 2007, p.38)

A autora ainda ressalta que a escola especial é segregadora, pois os alunos isolam-se cada vez mais ao serem excluídos do convívio natural dos ouvintes. Nesse sentido é revelada a importância da inclusão desses alunos nas escolas comuns, pois essa inclusão reflete não somente na aprendizagem, mas também nas relações sociais, afetiva e de comunicação. A segregação desses indivíduos é o que muitas vezes impede o seu avanço cognitivo e social, assim como aponta o sociólogo Erving Goffman (1963), os indivíduos precisam se ver como não-diferentes, e isso torna-se possível com a inclusão dos mesmos em ambiente escolares comuns a todos os alunos sejam deficientes ou não.

Esse direito de inclusão social é garantido pela LDB, de 1996 no artigo 58, onde fala que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assim como no artigo 59, onde fica estabelecido à necessidade de recursos educativos e técnicas específicas para atender suas necessidades de aprendizagem.

Educação Inclusiva para Alunos Surdos

Durante a pesquisa realizada na instituição campo de nossas ações, onde o aluno com deficiência auditava frequentava, várias foram as observações dentro e fora da sala de aula. Verificamos que a escola tenta incluir criança de maneira satisfatória, alegando a coordenação que a mesma foi aceita pelas outras crianças. Entretanto, a inclusão não se baseia apenas em "aceitação", mas sim no processo de ensino e aprendizagem que atenda as especificidades do aluno, propiciando seu desenvolvimento. Nesse caso, a inaptidão da equipe escolar de uma maneira geral e até mesmo dos responsáveis da criança interfere negativamente no seu desenvolvimento escolar.

Em conversas com a professora na sala de aula ficamos sabendo que a criança não tinha nenhum acompanhamento fora da escola para aprendizagem de língua de sinais, e que, ela tinha um aparelho auditivo que carregava consigo na bolsa, porém não fazia uso adequado pelo fato de incomodá-lo e seus pais não convenciam a usá-lo.

Observamos que durante a pesquisa o interesse da criança pelas atividades se baseava apenas em pinturas, e quando a professora tentava algo além, como por exemplo, ligar pontilhado, à mesma não tinha êxito. Nas atividades que apresentavam cantoria ou nas brincadeiras de rodas, mas uma vez a criança se isolava e se esquivava quando qualquer pessoa tentava aproximação. Todavia, gostava de brincar no parque que fica no pátio da escola,

interagindo com as outras crianças, também gostava de carros, pular, correr, sempre interagindo com seus pares.

A falta de habilidade da equipe pedagógica da instituição de ensino regular é uma das principais dificuldades encontradas pelos profissionais em propor um desenvolvimento na aprendizagem de crianças surdas. Uma das brincadeiras que a criança observada, demonstrava um interesse maior era de montar peças de lego, porém, se outras crianças tentassem interromper sua concentração ou pegar qualquer peça de lego ele agia com violência batendo ou empurrando o colega. Momento de tensão entre os profissionais docentes, por não saber como se comunicar de forma que a criança entendesse que a violência não é melhor forma de se expressar, sendo que este é um dos meios pelo qual ela se comunicou e “surtiu efeito” naquele determinado momento.

A realidade do contexto escolar brasileiro revela que uma grande parte da população escolar, inserida na escola regular, não consegue aprender. Embora os processos pedagógicos não se constituam como único fator, estes exercem influencia sobre o fracasso escolar (SANTOS, 2005, P.54). A partir disso, supondo que se esta dificuldade de aprendizagem encontra-se tão acentuada nas crianças ditas “normais”, imagina entre as crianças surdas, inseridas num contexto educacional onde não consegue compreender nem ser compreendida? Isso é algo que ainda temos muito a refletir e lutar por mudanças que realmente se efetivem na prática.

Cabe ressaltar ainda, que durante as observações e conversas ficamos sabendo que de toda equipe pedagógica apenas uma única professora da Instituição, a própria responsável pela sala do aluno surdo, procurou se informar se a prefeitura da cidade estava ofertando algum curso em libras, com o intuito de realizar sua matrícula e tentar aprender para ensiná-lo de maneira adequada, favorecendo um melhor desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem, do mesmo. Todavia, a prefeitura não estava com cursos disponíveis naquele período, sendo assim, a professora preparou cartazes com números e letras representadas em língua de sinais, na intenção de se comunicar com o aluno surdo por meio de gestos, que é a maneira pela qual toda a equipe se comunicava com a criança surda.

Marchesi (1995), ao assinalar sobre a importância do processo educacional, relata o seguinte:

Uma educação adaptada a suas potencialidades, que utilize diferentes recursos comunicativos, que contribua à sua socialização, que seja capaz de não colocar a criança à margem, nem do mundo dos ouvintes nem do mundo dos surdos, pode ter enormes repercussões favoráveis para sua aprendizagem e sua educação. Consequências favoráveis que são mais difíceis de obter, se

criança tiver que se adaptar a modelos educacionais que foram criados pensando-se, exclusivamente, nas crianças ouvintes. (MARCHESI, 1995, P. 201)

Segundo Santos, et. al. (2005, p. 56), “o percurso histórico da educação para surdos assinala uma trajetória inicialmente gestualista, com tímida preocupação educacional”. Nessa perspectiva, apesar da sua boa vontade, a professora ao gestualizar com o aluno surdo, não o ajudava a desenvolver-se cognitivamente como as outras crianças ouvintes, pois suas inúmeras tentativas não obtiveram o êxito esperado.

Considerações Finais

Diante das observações realizadas, a partir da experiência vivenciada em campo de pesquisa, com o aluno surdo supracitado, numa Escola Privada do município de Campina Grande/PB, frente à falta de habilidade e formação de todos os profissionais da instituição, é possível visualizar as dificuldades que enfrentam os professores. O despreparo e a falta de interesse em aprender a Língua de Sinais, por parte da maioria dos profissionais da escola, considerando que apenas a professora do Maternal procurou obter alguma formação que pudesse ajudá-la, juntamente com o desinteresse dos familiares da criança em procurar um atendimento especializado que o auxiliasse na comunicação com outros indivíduos, contribuiu de maneira significativa no seu baixo rendimento escolar.

Entretanto, foi possível haver uma aceitação extremamente afetiva com as demais crianças, mas à falta de qualificação específica do professor gera conflitos, o que faz a criança se isolar em algumas atividades. Sabe-se que o fato de ser surda não lhe afeta cognitivamente, a criança surda tem uma capacidade intelectual semelhante à de ouvintes, no entanto, necessita de um ensino diferenciado e isso exige que a escola assuma seu verdadeiro papel, pautando em seu projeto pedagógico metas educacionais que atenda de forma satisfatória, todos aqueles a quem se propôs acolher, além do preparo qualificado do professor. Visto que a Educação Inclusiva não se pauta apenas em inserir o aluno no contexto educacional regular, mas também garantir a sua permanência e um processo de ensino e aprendizagem verídico e de qualidade.

É de extrema importância que os profissionais da educação problematizem essa realidade, isto é, reflitam suas práticas pedagógicas e realizem um trabalho coletivo, onde estejam envolvidos a família, a equipe de profissionais da área e o estado, pois, todos são responsáveis pelo processo de inclusão de forma eficiente e verídica, objetivando o sucesso do aluno no processo escolar. Durante o processo de Inclusão é preciso ofertar ao aluno, meios e práticas que se encontre com suas limitações e obedeçam às suas necessidades.

Com isso, consideramos que a contribuição primordial do referido trabalho, foi enfatizar as dificuldades de professores em sala de aula de ensino regular em incluir aluno surdo, sem ter habilidade em Libras e apenas se expressarem gestualmente e a necessidade de formação, para que haja não só a aceitação, ela é de fundamental importância, mas a verdadeira inclusão está para além, é preciso considerar as limitações da criança, e inseri-la em um mundo que lhe faça sentido, estimulando a perceber que é sujeito ativo. E justamente nesse ponto que torna-se crucial a presença da equipe de profissionais da educação qualificados, do apoio e ajuda da família nesse processo, bem como o compromisso do Estado para com a educação.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, Ananda dos Santos. **Educação Inclusiva: Práticas docentes frente à deficiência auditiva.** Anhanguera, Guarulhos, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/16493/1/ANANDA%20DOS%20SANTOS%20CARVALHO.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

DAMÁZIO, Marilene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado.** Brasília / DF: SEESP/SEF/MEC, 2007.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** 1963.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação.** In: Coletando Dados Qualitativos. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARCHESI, Álvaro. Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. (p. 198-214).

SANTOS, Katia Regina. Educação especial e escola: reflexões sobre os projetos educacionais para alunos surdos. In: FERNANDES, Eulália (org.). et al. **Surdez e bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005. (p. 51-64).